



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO IV DO EDITAL Nº 38/2020

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2020/DL/PMD

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOURADOS E A EMPRESA _____, EM DECORRÊNCIA DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

- 1.1. O MUNICÍPIO DE DOURADOS, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás, em Dourados-MS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.155.926/0001-44, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Senhora [inserir nome do titular ou substituto], portadora da Cédula de Identidade RG nº [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF nº [inserir número], residente e domiciliada à [inserir endereço completo], denominado Contratada, firmam o presente Contrato, o qual sujeita as partes às normas disciplinadas e às regras estabelecidas no edital que o originou, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente e, ainda, às cláusulas e condições a seguir aduzidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUJEIÇÃO E FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1. O Contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017, Lei Complementar nº 341, de 19 de março de 2018 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 com suas alterações, e, ainda, as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), os quais entendem-se como integrantes do presente termo que vincula-se ao edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº ____/2020 - Ata de Registro de Preços nº ____/2020** - constante do **Processo de Licitação nº ____/2020**, aplicando-se suas disposições irrestrita e incondicionalmente.
- I. Integra o presente Contrato, o edital da licitação e seus anexos incluindo as condições estabelecidas e as correções e esclarecimentos feitos durante o procedimento licitatório, bem como, a proposta de preços apresentada pela Contratada, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independente de transcrição;
- II. Os documentos referidos são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do Contrato ora celebrado;
- III. Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos citados, estas serão dirimidas considerando-se sempre os mais recentes com prioridade sobre os mais antigos, e em caso de divergências com este Contrato, prevalecerá este último.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

- 3.1. O objeto do presente instrumento refere-se à prestação de serviços de gerenciamento informatizado, via sistema web com cartão magnético, para fornecimento de combustíveis, objetivando atender a Prefeitura Municipal de Dourados-MS.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO

- 4.1. O objeto do presente Contrato será executado obedecendo o quantitativo e as especificações, conforme discriminado abaixo.

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Preço Expresso em Reais (R\$)	
					Unitário	Total
Valor Total						



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE DO CONTRATO

- 5.1. Dá-se ao presente Contrato o valor de R\$ _____
(_____).
- 5.1.1. No preço acima estabelecido estão compreendidos a execução dos serviços, incluindo as despesas com leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da Contratada, a título de revisão de preço ou reembolso.
- 5.2. O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação de prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a Contratada poderá através de requerimento, ter o saldo remanescente reajustado, se houver.
- 8.2.1. Caso ocorra o desequilíbrio econômico, a Contratada poderá requerer formalmente ao Contratante, via Procuradoria Geral do Município, a revisão dos valores pactuados, relatando em detalhes os fatos e anexando documentos que comprovem o alegado desequilíbrio.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- 03.00. – Procuradoria Geral do Município
 - 03.02. – Fundo Mun de Proteção e Defesa do Consumidor
 - 14.422.108. – Prog. Desenvolvimento das Políticas de gestão Governamental
 - 2.113. – Implementação de Programas de Defesa do Consumidor
 - 07.00. – Secretaria Municipal de Administração
 - 07.01. – Secretaria Municipal de Administração
 - 04.122.108. – Prog. Desenvolvimento das Políticas de gestão Governamental
 - 2.080. – Despesas com Custeio da Administração Municipal
 - 11.00. – Secretaria Municipal de Assistência Social
 - 11.02. – Fundo Municipal de Assistência Social
 - 08.224.702. – Prog. De Exec. Gest. Monit. E Fisc. Dos Serv. Soc. De Prev.
 - 2.167. – Gestão do Bolsa Família
 - 2.168. – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
 - 2.169. – Proteção Social Básica
 - 11.00. – Secretaria Municipal de Assistência Social
 - 11.05. – Fundo Municipal de Investimentos Sociais
 - 08.244.702. – Prog. De Exec. Gest. Monit. E Fisc. Dos Serv. Soc. De Prev.
 - 2.059. - Implementação do Programa de Investimentos Socioassistenciais
 - 12.00. – Secretaria Municipal de Saúde
 - 12.02. – Fundo Municipal de Saúde
 - 10.122.011. – Programa de Gestão Administrativa
 - 2.082. – Suporte da Gestão Administrativa - SEMS
 - 10.124.012. – Gestão do SUS
 - 2.084. – Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde
 - 10.301.014. – Fortalecimento Da Rede De Atenção Básica a Saúde
 - 2.090. – Gestão, manutenção e operacionalização da rede de atenção básica à saúde
 - 10.302.015. – Atenção de Média e Alta Compl. Amb e Hosp, Urgência e Emerg.
 - 2.095. – Manutenção da rede de atenção à saúde especializada, ambulatorial e hospitalar
 - 2.145. – Manutenção do serviço de atendimento móvel - SAMU
 - 10.304.017. – Sistema de Vigilância em Saúde
 - 2.098. – Desenvolvimento e Manutenção de Ações e Serviços de Vigilância Sanitária,
 - 10.305.017. - Sistema de Vigilância em Saúde
 - 2.101. – Implementação e manutenção de ações e serviços na Vigilância Epidemiológica
 - 2.202. – Manutenção das Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das ist/aids e Hepatites Virais
 - 2.208. – Implementação e Manutenção das Ações de Vigilância Ambiental e Zoonoses
 - 10.331.017. – Sistema de Vigilância em Saúde
 - 2.105. – Implemen. e Manutenção das Atividades do CEREST- Centro Referência Saúde Trabalhador



- 13.00. – Secretaria Municipal de Educação
- 13.01. – Secretaria Municipal de Educação
- 12.301.104. – Programa de Aprimoramento e Oferta de Ensino de Qualidade
- 2.064. – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
- 15.00. – Secretaria Municipal de Planejamento
- 15.03. – Fundo Municipal de Meio Ambiente
- 18.542.107. – Programa de Proteção e Controle Ambiental
- 2.131. – Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente
- 15.00. – Secretaria Municipal de Planejamento
- 15.06. – Agência Municipal de Transportes e Trânsito
- 15.452.200 – Programa de Aperfeiçoamento dos Serviços Urbanos Ofertados
- 2.026. – Coordenação das Atividades de Transporte e Trânsito
- 33.90.30. – Material de Consumo
- 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

- 6.2.** O Contratante se reserva no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

- 7.1.** O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura e término no final do exercício financeiro, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial, não sendo prejudicada a garantia oferecida.
- 7.2.** Este Contrato poderá ter a sua vigência prorrogada, por meio de termo aditivo, nos termos que dispõe o inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, conforme dispõe o inciso XX do art. 3º do Decreto Municipal nº 556 de 15 de setembro de 2017.
- 7.3.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 7.4.** No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1.** A execução ora contratado deverá obedecer ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

- a)** Edital de Pregão Eletrônico
- b)** Ata da Sessão do Pregão
- c)** Proposta da Contratada

8.2. **DA EXECUÇÃO**

- 8.2.1.** Os serviços deverão ser prestados, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas nos itens 6, 7 e 8 do Termo de Referência (Anexo III do edital), na proposta vencedora e no presente instrumento, com qualidade e esmero, implicando a não observância dessa condição na recusa dos mesmos, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis, não se responsabilizando o Município de Dourados-MS por qualquer indenização.
- 8.2.2.** A Contratada deverá executar os serviços de forma parcelada de acordo com as condições e necessidades do Contratante conforme solicitação da Ordem de Serviços (OS) emitida pela Secretaria solicitante.
- 8.2.3.** A Administração fiscalizará obrigatoriamente a execução do Contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.
- 8.2.4.** O responsável designado pela Contratada obriga-se a conservar-se a testa dos serviços ou designar um preposto mediante aprovação prévia da Secretaria Municipal de Administração, bem como dispensar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o encarregado ou operário cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente pela fiscalização.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 8.2.5. Para perfeita execução do objeto deste Contrato, a Contratada deverá possuir uma estrutura organizacional que lhe permita atuar prontamente para resolução dos problemas que eventualmente possam ocorrer.
- 8.2.6. A Contratada assume inteira responsabilidade pela qualidade dos serviços executados, com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.
- 8.2.7. A Contratada arcará com todas as despesas de todos os impostos, taxas, entre outras necessárias, não cabendo a este órgão qualquer responsabilidade sobre os mesmos.
- 8.2.8. Os serviços ora contratados não devem ser terceirizados, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.2.9. Todas as despesas relativas à execução dos serviços ficarão a cargo da Contratada. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pela Administração, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pela legislação vigente.
- 8.2.10. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.
- 8.2.11. A impossibilidade de execução no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.
- 8.2.12. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E FATURAMENTO

- 9.1. Quinzenalmente, a Contratada enviará para o gestor, por meio do sistema, os dados dos abastecimentos realizados no período anterior, para que o gestor do Contrato ateste e encaminhe para fins de pagamentos.
- 9.2. Para o cálculo do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, os gestores deverão apontar os eventuais abastecimentos fracassados, que poderá ser comunicado deste o momento do abastecimento fracassado até o último dia de cada mês.
- 9.3. O relatório de controle dos abastecimentos quinzenais, após atestado pelo gestor, que fará a comparação dos preços cobrados, conforme o Contrato (considerando o desconto e a taxa de administração).
- 9.4. Com base nos dados coletados, o gestor calculará o Instrumento de Medição de Resultados- IMR, que, conforme seus resultados, poderá gerar uma redução no valor da Nota Fiscal.
- 9.5. Após o cálculo do IMR, o gestor enviará o resultado para a Contratada quinzenalmente para fins da emissão de Nota Fiscal.
- 9.6. As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela Contratada ao gestor.
- 9.7. Dirimidas as dúvidas, o gestor do Contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isto se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a Contratada a emitir a nota fiscal de seus serviços.
- 9.8. A Contratada emitirá uma Nota Fiscal quinzenal, referente a prestação dos abastecimentos, que apresentará o valor consolidado dos gastos realizados pela frota no período, com os descontos (se houver), a respectiva taxa de administração (se houver), e considerará também o resultado obtido no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.
- 9.9. Quando as faturas apresentarem elementos que a invalidem, deverão ser substituídas, sendo que o novo prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação das faturas em condições satisfatórias.
- 9.10. Os valores a serem efetivamente pagos serão:
- 9.11. Referentes aos combustíveis: O preço de mercado à vista do posto/local de abastecimento, até o limite do preço máximo publicada pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, no site www.anp.gov.br, no mês da demanda, para o estado em que se encontre o veículo, deduzido o percentual de desconto ofertado;
- 9.12. Referentes à taxa de administração: a taxa percentual incidente sobre os valores das faturas de fornecimento de combustíveis.
- 9.13. Os preços a serem pagos pelo fornecimento de combustíveis terão como limite o valor à vista no posto credenciado, no momento do abastecimento, aplicando-se os percentuais de desconto contratados e a taxa de administração, no que couber.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 9.14. Serão configurados como abusivos os valores superiores ao valor máximo estadual divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, considerando o respectivo tipo de combustível.
- 9.15. Considerar-se-á, inapelavelmente, a Contratada como altamente especializada nos serviços objeto desta licitação, a qual, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, as complementações e acessórios implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos, não cabendo, portanto, pretensão de futura cobrança de “serviços extras” ou de alterações nas composições de preços unitários.
- 9.16. Para fins de faturamento, a Contratada deverá apresentar, a partir do primeiro dia útil até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço de fornecimento de combustíveis, documento de cobrança e nota fiscal/fatura dos serviços prestados no período anterior, constando quantidade de combustível utilizada pelo Contratante.
- 9.17. O Contratante rejeitará o faturamento de serviços relativos a eventuais divergências entre a fatura e os relatórios da Contratada ou entre estes e os controles da FISCALIZAÇÃO, até a completa apuração dos fatos, se for o caso.
- 9.18. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

- 10.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:
 - I. Cumprir fielmente todas as disposições e prazos estabelecidos neste Contrato;
 - II. Acatar as orientações da Secretaria solicitante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
 - III. Acusar o recebimento da Nota de Empenho;
 - IV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
 - V. Assumir integralmente, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e/ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais vigentes durante a execução dos serviços e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive, com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato e da execução dos serviços;
 - VI. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas a pessoal;
 - VII. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados;
 - VIII. Atender as exigências, decisões e observações feitas pelo representante do Contratante, inerente ao objeto deste Contrato;
 - IX. Atender as exigências, decisões e observações feitas pelo representante do Contratante, inerente ao objeto deste instrumento;
 - X. Comunicar o Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
 - XI. Disponibilizar, sempre que solicitado pelo Contratante, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados;
 - XII. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência de sua proposta e do presente instrumento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
 - XIII. Executar, por meio de sua rede credenciada, fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações do Contratante, conforme documentos integrantes do Contrato e rigorosa observância aos demais detalhes e Ordens de Serviços emanadas e/ou aprovadas pelo Contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços;



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- XIV.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- XV.** Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade dessas as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante.
- XVI.** Manter durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
- XVII.** Manter um representante/preposto para prestar junto o Contratante, esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante - Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, sábados, domingos e feriados;
- XVIII.** Manter, em local visível, na rede credenciada, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do Contrato;
- XIX.** Permitir o acesso de servidores do Contratante às instalações da REDE CREDENCIADA DA Contratada, para o acompanhamento, parcial ou total, dos serviços de fornecimento de combustíveis durante a sua execução;
- XX.** Emitir Nota Fiscal, após a prestação dos serviços, com a mesma descrição constante na Nota de Empenho;
- XXI.** Possibilitar a ampliação gradativa da Rede Credenciada, incluindo outras localidades, mediante solicitação do Contratante;
- XXII.** Possibilitar solução webservice, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos do Contratante para os sistemas do Contratante, como o Sistema de Frotas do Município, ou qualquer outro que venha a ser adotado pelo Contratante;
- XXIII.** Possuir ampla capacidade de armazenamento de dados visando manter arquivo, atualizado e com backup dos serviços executados dentro do Contrato, por placa de veículo, podendo ser consultado pelo Contratante a qualquer hora;
- XXIV.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, dentro do prazo máximo de 5 dias úteis, contados a partir da solicitação feita pelo Contratante;
- XXV.** Promover treinamento para sua rede credenciada/usuários dos instrumentos periféricos dos sistemas contratados, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, e orientá-los sobre a correta utilização, possibilitando o uso adequado do sistema, permanentemente e sempre que se mostrar necessário, para não inviabilizar o uso de um credenciado, disponibilizando um canal de comunicação viável e acessível para todos, que deverá ser apresentada ao Contratante;
- XXVI.** Providenciar a correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução dos serviços contratados especificamente sobre a responsabilidade da Contratada;
- XXVII.** Realizar treinamento operacional dos fiscais responsáveis e usuários do sistema informatizado e integrado para gestão de frota do Contratante, sem qualquer ônus para a mesma;
- XXVIII.** Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- XXIX.** Responder pelos danos causados aos veículos e/ ou bens do Contratante, quando resultantes da ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou prepostos;
- XXX.** Responder pelos danos causados aos veículos e/ ou bens do Contratante, quando resultantes de dolo, ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos empregados das credenciadas ou prepostos, obrigando-se à ressarcir-los;



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- XXXI.** Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento de veículos, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas;
- XXXII.** Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento, ou obrigação trabalhista;
- XXXIII.** Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento, ou obrigação trabalhista;
- XXXIV.** Submeter-se a todos os regulamentos municipais em vigor;
- XXXV.** Tomar todas as providências necessárias para a perfeita execução dos serviços, de modo que quaisquer problemas, falhas ou omissões possam ser superados a tempo e sem prejuízo para o andamento dos eventos;
- XXXVI.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no parágrafo 1º, do Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.2.** Constituem obrigações do Contratante, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:
- I.** Fiscalizar o presente Contrato através do servidor especialmente designado e documentar as ocorrências havidas;
 - II.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - III.** Notificar a Contratada, de maneira formal, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos ou da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
 - IV.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão ou servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - V.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços;
 - VI.** Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
 - VII.** Observar se durante a vigência do contrato estão sendo cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como, mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - VIII.** Fiscalizar a execução dos serviços para fornecimento de combustíveis, podendo sustar ou recusar aquele que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;
 - IX.** Emitir a ordem de execução de serviços necessárias, numeradas em sequência e assinadas pelo fiscal do Contrato e pelo chefe do Setor de Frotas do Contratante;
 - X.** Efetuar o pagamento à Contratada, até 30º dia após aceite da nota fiscal que deverá vir acompanhada da ordem de serviço emitida pelo fiscal do Contrato, relatório detalhado dos combustíveis fornecidos;
 - XI.** Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança no trato dos serviços ou que produza complicações para a fiscalização, ou ainda, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
 - XII.** Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus anexos;
 - XIII.** Acompanhar totalmente ou parcialmente os serviços durante sua execução pela Contratada;



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- XIV.** A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante especialmente designado, observado o que se segue:
- a)** O representante do Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do prazo de vigência do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b)** as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- XV.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste instrumento e seus anexos;
- XVI.** Permitir acesso da Contratada às dependências do Contratante, para inspeção, instalação e manutenção do sistema informatizado de gerenciamento de veículos, sempre que necessário;
- XVII.** Acompanhar e aprovar os serviços durante sua execução pela Contratada e suas credenciadas;
- XVIII.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- XIX.** Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução dos serviços, por intermédio das Bases de Gerenciamento;
- XX.** Fornecer a relação de usuários e veículos a serem cadastrados para execução contratual;
- XXI.** Disponibilizar os meios necessários e compatíveis para recebimento dos arquivos eletrônicos enviados pela Contratada;
- XXII.** Efetivar à Contratada o pagamento pelos serviços executados após o aceite das notas fiscais, pelo fiscal do contrato;
- XXIII.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada;
- XXIV.** Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Termo de Referência seus anexos e o presente instrumento;
- XXV.** Aplicar à Contratada as penalidades legais e contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1.** O Contratante fiscalizará obrigatoriamente a execução do Contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos.
- 11.2.** A gestão e fiscalização do presente Contrato e seu objeto será feita pelo Contratante, por meio do servidor abaixo relacionado, ao qual competirá além dos deveres de fiscalização, também dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua execução e de tudo dará ciência à Contratada, para fiel execução contratual durante toda a sua vigência e/ou prazo de garantia.
- Nome: [inserir nome do responsável]
Matrícula: [inserir número]
RG nº: [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação]
CPF nº: [inserir número]
Designação: [inserir número /órgão responsável/data]
Publicação: [inserir número do DOM]
Domicílio: [inserir endereço completo]
- 11.3.** O gestor do Contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do Contrato, caso a Contratada desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no presente instrumento.
- 11.4.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93, e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 11.4.1.** O fiscal poderá, sem perda da qualidade na execução do serviço, sugerir a autoridade administrativa o redimensionamento do montante pactuado com base na análise da execução financeira anual, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4.2.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada acompanhada de documento da Contratada que contenha a relação detalhada das mesmas, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, na proposta e no presente instrumento, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, assim como também deverá constar a lista de serviços executados.
- 11.4.3.** O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4.4.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4.5.** O fiscal/gestor de Contrato será responsável pelos seguintes itens:
- I. Solicitação dos empenhos para liberação de créditos no sistema.
 - II. Liberação de cotas de combustível aos usuários, que poderão ser diários, semanais ou quinzenais, dependendo das necessidades do Contratante.
 - III. Recebimento das notas fiscais e dos relatórios de consumo dos combustíveis para a devida aceitação, e que servirá de subsídio para os Gestores Gerais da Frota, quanto ao ateste das notas fiscais.
 - IV. Autuar processo de acompanhamento e fiscalização, juntando aos autos cópia da Decreto de designação, do Contrato, dos termos aditivos, e outros documentos pertinentes ao acompanhamento do processo, durante toda sua vigência.
 - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, mantendo gestões por escrito, mediante correio eletrônico (e-mail) ou ofício, junto à Contratada.
 - VI. Acompanhar o prazo de vigência do Contrato, mantendo gestões por escrito junto à Contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual, apresentando opinamento e motivação, respeitando antecedência mínima de 90 (noventa) dias para a preparação da nova licitação.
 - VII. Atestar as notas fiscais, após a apresentação das mesmas pela Contratada, e dos documentos pertinentes encaminhados pelos fiscais responsáveis, se for o caso.
 - VIII. Efetuar, sempre que for necessário, pesquisas de preços de mercado, através do site da ANP a fim de ratificar conformidade dos preços apresentados nos relatórios.
- 11.4.6.** A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos por ventura requeridos pelo Contratante, por intermédio dos Gestores da Frota.
- 11.4.7.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4.8.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores da Frota deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 12.1.** Caso haja inexecução parcial ou total do Contrato com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

12.1.1. Em caso de inexecução ou execução irregular do fornecimento ou de prestação de serviço:

- I. Advertência por escrito;
 - II. Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega, incidente sobre o valor total do Contrato, limitada a incidência a 10 (dez) dias, que contar-se-á a partir da data limite para a entrega fixada neste Contrato ou após o prazo concedido para as substituições ou modificações devidas quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações previstas; a partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do Contrato, com as consequências daí advindas;
 - III. Cancelamento do preço registrado e posterior rescisão do Contrato após o 10º (décimo) dia de atraso;
 - IV. Multa compensatória de:
 - a) 3% (três por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida do Contrato por ocorrência, até o limite de 9% (nove por cento), em caso de inexecução parcial do Contrato;
 - b) 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - V. Suspensão temporária de participar em licitação e contratar com o Município de Dourados-MS, pelo período de até 02 (dois) anos, no caso do não cumprimento de Cláusula Contratual ou quando ocorrer a rescisão unilateral do Contrato por culpa de Contratada;
 - VI. Declaração de Inidoneidade pela inexecução total ou parcial do Contrato, independente de rescisão, ou enquanto perdurarem os motivos previstos nos incisos anteriores ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.2.** As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.
- 12.3.** Quaisquer multas, quando aplicadas, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias na Tesouraria do Município de Dourados ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do Contratante em favor da Contratada ou, ainda, cobrada judicialmente.
- 12.4.** As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Cadastro do Fornecedor.
- 12.5.** As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade da Contratada por perdas, danos e prejuízos que causar ao Contratante ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais, nem impedem a rescisão do Contrato.
- 12.6.** Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.
- 12.7.** Fica garantido à Contratada o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada.
- 12.8.** Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratados, as empresas ou profissionais que, em razão da Lei Federal nº 8.666/93:
- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
 - III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

- 13.1.** A Contratada é a única responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação tributária vigente.
- 13.2.** A Contratada deverá emitir notas fiscais/faturas, uma mercantil detalhando e discriminando o valor total por tipo de combustível adquirido e outra com o valor dos serviços de gerenciamento prestado.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 13.3. A Contratada apresentará a nota fiscal/fatura na sede do Contratante.
- 13.4. A emissão das notas fiscais será realizada conforme cada unidade organizacional respeitando as respectivas dotações orçamentárias, isto é, diversidade de fonte de recursos o que poderá acarretar em diversas notas fiscais a serem emitidas.
- 13.5. Na ocasião do faturamento, os descontos ofertados na licitação, caso houver deverão já estar incluídos no valor da fatura correspondente.
- 13.6. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados em até o 30º dia após aceite da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
- 13.7. O pagamento será efetuado quinzenalmente, conforme demanda efetivamente executada, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura com a discriminação dos itens consumidos e dos serviços executados, referente a todas as manutenções ocorridas naquele período, devendo indicar no corpo do documento fiscal o número do contrato firmado com o Contratante.
- 13.8. A Contratada deverá protocolar as notas fiscais ao Gestor de Contratos na data de emissão das mesmas ou no máximo, após 01 (um) dia útil da sua emissão, tendo em vista os procedimentos administrativos necessários para cumprimento da Instrução Normativa nº 001/2009, publicada em 22/04/2009, Diário Oficial do Município nº 2.500, que disciplina sobre a entrega de documentos fiscais junto à Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda conforme a seguir:
- 13.9. Os documentos fiscais (recibos e notas fiscais), quando do município de Dourados –MS, terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua emissão, para serem entregues na tesouraria, e de (08) dias úteis para os emitidos em outros municípios, ambos limitados ao penúltimo dia de cada mês, independentemente da sua data de emissão.
- 13.1. A Contratada deverá ainda, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega da nota fiscal:
- I. **02 (duas) vias da AF** - Autorização de Fornecimento, encaminhada pelo Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado e acompanhado da nota fiscal a qual deverá estar de acordo com AF;
 - II. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS).
- 13.10.1. No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, devidamente assinada pelo responsável e no original.
- 13.2. A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento da nota fiscal, e o Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 5 (cinco) dias.
- 13.3. Quando do pagamento, a Contratada deverá estar em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, as certidões negativas de débitos da União, Estado e Município e que deverão estar válidas (dentro do prazo de vencimento).
- 13.4. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal.
- 13.5. Juntamente com as notas fiscais, a Contratada deverá disponibilizar relatórios analíticos e sintéticos do período faturado, discriminando todas as transações/operações realizadas, por base operacional e respectivo centro de custo.
- 13.6. Para efeito de medição do valor a ser pago, a Contratada deverá considerar todo o período o consumo gasto quinzenalmente.
- 13.7. Para efeito de medição do valor total a ser pago pelo gerenciamento, a Contratada deverá considerar o valor total gasto no período de emissão da nota fiscal e sobre ele aplicar a taxa administrativa, caso houver, ou caso contrário aplicar o percentual de desconto, conforme regras dispostas no Termo de Referência e neste instrumento.
- 13.8. As notas fiscais deverão discriminar os combustíveis adquiridos, seus códigos, quantidades, valor unitário, valor total e outras especificações que se fizerem necessárias.
- 13.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 13.10. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal e/ou Faturas, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal e/ou Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 13.11. O Contratante não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 13.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 13.13. O Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada.
- 13.14. Não será efetuado qualquer pagamento a Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.15. O Contratante não efetuará nenhum pagamento a Contratada sem a devida apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, além das demais exigências legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

- 14.1. O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
 - I. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual.
 - II. Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - III. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma fixado, sem a correspondente contraprestação da execução/fornecimento objeto deste Contrato;
 - IV. Na hipótese do disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.2. Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita através de Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.
- 14.3. Qualquer aumento ou supressão de quantitativos, em relação aos previstos na proposta, deverá ser previamente justificado pela fiscalização e aprovado pela autoridade competente.
- 14.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrido após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E NULIDADE CONTRATUAL

- 15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, garantindo à Contratada o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 15.2. A rescisão não dará à Contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 15.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do Contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 15.4. A declaração de nulidade do presente Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 15.5. A nulidade não exonera o Município de Dourados do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- 15.6. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo Contratante e, comprovadamente realizadas pela Contratada, previstas no presente Contrato.
- 15.7. A inexecução total ou parcial do serviço/fornecimento no prazo proposto e contratado caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do presente Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 15.8. A rescisão amigável somente ocorrerá quando houver conveniência para a Administração, desde que não ocorra hipótese contenciosa nem prejuízo para a Administração, e será reduzida a termo no processo de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO E OUTROS

- 16.1. Fica expressamente proibida a cessão e a subcontratação total ou parcial deste Contrato; bem como a fusão, cisão ou incorporação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

- 17.1. A publicação do presente instrumento na Imprensa Oficial, em extrato, ficará a cargo do Contratante, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

- 18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. O presente Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos seus preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente os Princípios da Teoria Geral de Contratos e as disposições de direito privado.
- 19.2. Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o Contratante e a Contratada será feita através de correspondência devidamente registrada.
- 19.3. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais o Contratante não houver, por escrito, se declarado de acordo.
- 19.4. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 19.5. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente Contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas *infra-assinados*, de tudo cientes.

Dourados-MS, ____ de _____ de 2020.

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Assistência Social

Procuradoria Geral do Município

Secretaria Municipal de Saúde



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Secretaria Municipal de Educação

Instituto do Meio Ambiente de Dourados-Imam

Agência Municipal de Transporte e Trânsito-Agetran

Contratada

Testemunhas:

Ass.: _____

Nome:

CPF:

Ass.: _____

Nome:

CPF: